



Universidade de Brasília- UNB
Faculdade de Brasília- FUP
Licenciatura em Educação do Campo - LedoC

Cedilene Evangelista Silva

Violência contra as mulheres na Comunidade Vão do Moleque

Planaltina
2023

Cedilene Evangelista Silva

Violência contra as mulheres na Comunidade Vão do Moleque

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade UnB Planaltina (FUP – UnB) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com Habilitação em Linguagens.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cotrim

Planaltina
2023

Cedilene Evangelista Silva

Violência contra as mulheres na Comunidade Vão do Moleque

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade UnB Planaltina (FUP – UnB) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com Habilitação em Linguagens.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cotrim

Planaltina-DF, 21 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Ana Cotrim - Orientadora (UnB)

Prof. Dr. Felipe Canova Gonçalves - Examinador (UnB)

Prof^ª Dr^ª Maria Osanette de Medeiros - Examinadora (UnB)

**Dedico este trabalho a todas as mulheres,
em especial às mulheres Kalunga
do município de Cavalcante-GO.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus por ajudar-me a chegar com êxito até este final de formação.

As meninas e mulheres Kalunga, que confiaram em mim para que eu pudesse estudar, e falar da vida de cada uma no trabalho.

À minha família, e de modo peculiar ao meu pai, Celestino evangelista de Carvalho, à minha mãe Ceci Quirino da Silva, aos meus irmãos, Mineide, Sheila da Silva Carvalho, Sulenir Evangelista de Carvalho (in memoria), Suldean Evangelista Silva, Suleandro Evangelista da Silva, e Celso Quirino Carvalho, e ao meu filho Bernardo evangelista Araujo, e ao meu marido Joilson Araujo de Torres, além de tios, primos e amigos que me deram o devido apoio em todos estes anos.

Agradeço a cada professor pela contribuição concedida, em especial à professora Ana Cotrim, que me orientou sabiamente durante este trabalho.

À Universidade de Brasília (UNB), Planaltina DF, pela oportunidade de realizar este importante curso em seu contexto.

Enfim, agradeço aos meus colegas de curso e a outras pessoas que de forma direta ou indireta auxiliaram-me neste processo de construção de aprendizagem.

RESUMO

Este trabalho tem como tema a “Violência contra as mulheres na comunidade Vão do moleque-Prata”, e tem por objetivo abordar a ideia e investigar o impacto da violência que as meninas e mulheres Kalunga vem sofrendo ao longo dos anos. É possível verificar o quão grande ela é pelos dados de violência contra as mulheres em Cavalcante – GO. A pesquisa de campo efetuada com quatro mulheres da comunidade Vão do Moleque-Prata que já enfrentaram algum tipo de violência mostra como é impactante e como são necessárias políticas públicas voltadas as mulheres, principalmente as Kalungas.

Palavras-chave: Violência. Meninas e mulheres Kalungas. Políticas públicas. Vão do Moleque.

ABSTRACT

This work has as its theme “Violence against women in the Vão do Moleque-Prata community”, and aims to address the idea and investigate the impact of violence that Kalunga girls and women have suffered over the years. It is possible to check how big it is through data on violence against women in Cavalcante – GO. Field research carried out with four women from the Vão do Moleque-Prata community who have already faced some type of violence shows how impactful it is and how necessary public policies aimed at women, especially Kalungas, are.

Keywords: Violence. Kalunga Girls and Women. Public Policies. Vão do Moleque

LISTA DE SIGLAS

FUP – Faculdade UnB de Planaltina

LEdoC - Licenciatura em Educação do Campo

TICCA - Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais

UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

Introdução	10
Metodologia	14
Capítulo I	17
Capítulo II	23
Capítulo III	31
Considerações Finais	37
Referências	41

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo abordar as consequências da violência que algumas mulheres vêm sofrendo na fazenda Prata, comunidade Vão do Moleque, que fica situada a cerca de 137 km de Cavalcante-Goiás, centrada na situação de quatro mulheres, das quais examinaremos.

A comunidade Kalunga Prata Vão do Moleque fica localizada a cerca de 70 km a cidade de Cavalcante- Goiás, sendo uma comunidade remanescente de quilombo que pertence ao Sítio Histórico e patrimônio Kalunga que abrange três municípios da chapada dos veadeiros, Teresina–GO, Cavalcante –Go, e Monte Alegre de Goiás, com mais de 253 mil hectares de cerrado protegido, sendo a maior comunidade remanescente de quilombo do mundo, com cerca de 7.500 mil habitantes.

A comunidade Prata Vão do Moleque é formada por negras e negros descendentes de pessoas escravizadas que fugiram do cativeiro e organizaram um quilombo, a cerca de 300 anos atrás, precisamente a formação do quilombo Kalunga surgiu em virtude da extração do ouro em Cavalcante, como também das minas existentes em morro do chapéu, hoje Monte Alegre de Goiás, e Arraias, hoje no Tocantins, esses três municípios são próximos, e na época da mineração eram considerados rota do ouro no nordeste Goiano (Costa, 2018, p.18).

A área Kalunga foi reconhecida em 1991 pelo governo federal, assembleia legislativa do estado de Goiás como Sítio Histórico que abriga mais da metade do Sítio Histórico Kalunga. Com mais de 230.000 hectares a área Kalunga é a maior comunidade remanescente de quilombo do Brasil, com cerca 7.500 cidadãos. Recentemente, em fevereiro de 2021, este território foi reconhecido pelo programa ambiental da ONU, como primeiro TICCA - Territórios e Áreas Conservadas por Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais Locais (Type Terrestrial and Inland) do Brasil. Patrimônio Cultural Kalunga, a região é de difícil acesso, pois é cercada por serras e rios, terrenos acidentados e animais selvagens.

O rio Paranã corta os três municípios, sendo que de um lado ficam Cavalcante e Teresina e do outro o município de Monte Alegre de Goiás. Esse rio é de suma

importância para os povos Kalunga, pois retiram dele peixe para alimento, encurtam distâncias entre as comunidades por meio de canoas e fazem plantações em suas margens. Foi também o rio Paranã que os defendeu do branco e os separava dos castigos e da morte (Costa, 2018, p.19).

A comunidade Prata surgiu há mais de duzentos anos, quando ainda foi ocupado pelos colonizadores portugueses, com gigantesca exploração do trabalho escravo, conforme os escravos perdiam os seus direitos nas minas, os escravos mais antigos fugiam à procura de lugares remotos, nisso se deu o nascimento de várias comunidades quilombolas. Nesses lugares isolados cercados por diversas serras, eles se organizavam coletivamente para a realização da produção para as suas subsistência, festas e costumes.

A comunidade Prata recebeu esse nome precisamente por causa do rio principal da comunidade que é chamado Prata, sendo batizado com esse nome porque dizem que ele era reluzente como o minério Prata. O rio Prata deságua no rio Paranã. Ele é de grande importância para os quilombos da região, pois é dele que os moradores da comunidade Prata bebem água, tomam banho, molham as plantas e retiram peixes para a sua subsistência (COSTA, Fernando, 2018, pp. 20-21). Essa comunidade é composta aproximadamente por 120 famílias, tendo como principal fonte de renda o benefício do governo federal, tais como a Bolsa família, renda cidadã, e aposentadoria, além da agricultura familiar orgânica. Eles plantam na beira do rio Paranã fumo, suas hortaliças, entre outras, criam gados, galinhas, e raramente porcos, eles ainda praticam a agricultura familiar, a roça de touco, eles roçam a terra, cortam com foice, facão, machado os paus e depois de secos é realizada a queimada, em seguida retiradas as lenhas grandes para queimar no fogão a lenha para o preparo da comida. Tudo é utilizado.

A comunidade Prata é muito carente, pois ainda falta o saneamento básico, bem como transporte, estrada, educação, posto de saúde, moradia, dentre outros. Recentemente em 2020, após uma espera de 20 anos, a comunidade passou a ter acesso a energia elétrica.

A principal atividade econômica das famílias Kalunga é a agricultura familiar com fins de subsistência e o plantio da mandioca para a produção de farinha comercializada nas cidades vizinhas, além da mandioca tem o plantio de arroz, feijão, abóbora, fumo na beira do rio Paranã e hortaliças. O cultivo da terra é feito de forma

manual, baseado na roça de toco com o uso de enxadas e foices, depois a queima das árvores derrubada a lenha queimada e utilizada no fogão a lenha para o preparo da comida, não há nenhuma utilização de irrigação ou qualquer tipo de fertilizante. O trabalho da roça é feito por homens, mulheres e crianças, desde o plantio até a colheita. Nesse contexto percebe-se que as mulheres desempenham um papel econômico fundamental no meio familiar, sendo inseridas em todas as atividades exercidas pelos homens.

É importante ressaltar que a escolha do presente tema, “Violência contra as mulheres” na comunidade Vão do Moleque-Prata, Cavalcante – Goiás tem como objetivo abordar a violência que mulheres/ meninas vem sofrendo ao longo desses anos, mostrando algumas violências sofridas, e dados de como são impactantes as várias formas de violência sofridas por mulheres kalunga na comunidade.

É importante salientar que a pesquisadora nasceu na comunidade Prata-TO, mas aos 5 anos mudou-se para cidade vizinha Cavalcante-Goiás, mas não mudou exatamente para a cidade, mas sim para uma fazenda, onde o seu pai recebeu uma oportunidade na época de 900 reais por mês para cuidar do lugar, morou até os seus 16 anos e depois foi para a cidade, mas ao longo desse tempo mudou-se para mais quatro fazendas na região de Cavalcante, Teresina e Alto Paraíso de Goiás.

Depois de ter concluído o ensino médio em Cavalcante-Goiás, apareceu a oportunidade de fazer o vestibular no ano de 2017, fui até a UnB- Universidade Federal de Brasília, em Planaltina-DF, realizei a prova e obtive nota para entrar na faculdade de Licenciatura em Educação do campo (LedoC, a partir desse momento no primeiro semestre um turbilhão de pensamentos, os colegas se perguntavam qual seria o tema de TCC alguns já tinham ideia desde o início, assim como a pesquisadora já sabia que queria falar algo relacionado a violência contra as mulheres, só não sabia como abordar sobre o assunto.

O tema em estudo busca uma abordagem mais ampla e consciente de como a mulher negra é vista na sociedade, procurando assim desmistificar certos “conceitos” inculcados no “ser mulher”.

Sabemos que a violência contra as mulheres e outras maneiras de violência são consequências de uma relação entre cultura, relacionamento, indivíduo, sociedade e contexto. Desde quando emerge o patriarcado, homens e mulheres são dissemelhantes

tanto na sociedade quanto dentro de um relacionamento. Mesmo com tantas mudanças no decorrer a história, a cultura da opressão patriarcal, ainda existe, sendo as mulheres dependentes economicamente dos homens, de forma que as mudanças que precisam ocorrer ainda são descomuns.

O tema surgiu por várias questões: as mulheres são diminuídas no âmbito profissional e familiar, são tratadas como seres humanos inferiores, no trabalho recebem menos que os homens, nos lugares que passamos as mulheres são tratadas como sexo frágil que só serve para procriar, “esquentar a barriga no fogão”, arrumar a casa, fazer comida e servir o marido quando ele quiser.

O verdadeiro veneno de tudo isso é que a maioria das meninas vai crescer sem o espírito crítico necessário para sair desse roteiro e passará grande parte de sua vida tentando se encaixar em medidas físicas, num roteiro unilateral que não foi decidido nem negociado por elas porque vem do mercado e do gênero masculino. Depois passarão outra parte de sua vida tentando preservar o que puderem dessas medidas e submetendo-se a cirurgias plásticas, a dietas e à ansiedade de uma corrida contra o tempo que invariavelmente perderemos. (Carmona, 2017, s/p)

Todo esse machismo tem que ser derrubado, mostrando às mulheres que elas podem ser o que quiserem, e não precisam abaixar a cabeça, sentir medo e vergonha dando assim mais poder para os homens. O patriarcado é um processo histórico que vem de muitos e muitos anos atrás, e que vem ganhando força, por mais que existem diversas leis como a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a mais falada e entendida pelas cidadãs, que protegem as mulheres, ainda temos que lutar muito. O patriarcado é uma forma de relação social em que a hierarquia tem a figura paterna como o topo, que tem autoridade sobre as mulheres, crianças, trabalhadores domésticos; mas, se estende a toda a sociedade, a própria classe capitalista é formada majoritariamente por homens. Todos os âmbitos da sociedade estão sob o domínio de um ou mais homens. Assim, esse termo patriarcado é usado para referir à dominação masculina e ao poder dos homens sobre as mulheres, não apenas no âmbito doméstico. Uma sociedade patriarcal dominada pelos homens, no qual os homens são os de maiores poderes, podendo ir e vim, sair sem ser questionado, sem ser falado, assim detêm o poder máximo.

Carole Pateman (1993) explica que essa concepção de patriarcado, segundo a qual ele é a gênese de constituição de toda a vida social, um atributo universal da sociedade humana, é uma concepção literal – de governo do pai, paterno – e genérica de patriarcado, estritamente relacionada com o pressuposto de que as relações sociais patriarcais se referem à família (Pateman, 1993). Embora já se tenham passado anos de

muitas mudanças tanto no setor econômico, político, tecnológico, o patriarcado segue vigente, visto que as mulheres saem para trabalhar, mas quando chegam a casa é o homem que sai deixando as roupas espalhadas e vai deitar e a mulher e que vai fazer os serviços domésticos, que no final fica sobrecarregada pelo cuidado de casa e a educação dos filhos. Apesar de vivermos em um mundo que aceita a liberdade sexual, são os homens que são vistos positivamente quando exploram e vivem a sua sexualidade, enquanto as mulheres, ao explorar sua sexualidade, são reprimidas, taxadas negativamente, desvalorizadas. Mesmo as mulheres trabalhando em um mesmo serviço que o homem, as mulheres são as que recebem o salário inferior quando comparado com ao dos homens. A luta feminista é absolutamente necessária para alcançarmos uma sociedade livre. Ela está conectada com outras lutas, já que para alcançar uma sociedade 100% igualitária e democrática para todas as pessoas é preciso abolir outros tipos de discriminação, como a homofobia, o racismo, entre outros.

METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa de campo, qualitativa, que tem como objetivo abordar a violência contra as mulheres, crianças e adolescentes na região quilombola Kalunga, mais especificamente na Comunidade Vão do Moleque. Foi selecionada uma amostra de 04 (quatro) mulheres/ meninas quilombolas Kalunga da comunidade Prata, pertencente ao município de Cavalcante Goiás, a fim de identificar mais de perto as causas e consequências pessoais da violência de gênero.

A situação real do abuso sexual contra mulheres negras na sociedade local será um dos pontos a ser detectado a partir do exercício instrumental da observação e análise da percepção do grupo pesquisado no local.

Para isso, foram questionadas a partir da pesquisa qualitativa fazendo-se o uso de um roteiro de entrevista semi-estruturado. Foram realizadas quatro entrevistas com mulheres que se tornaram mães ainda na infância ou na adolescência, por não terem ideia ou não saberem o que estavam fazendo, e por serem abusadas por pessoas próximas, a fim de identificar mais de perto as causas e consequências pessoais da violência de gênero.

Por não terem consciência e não conseguirem se defender, acabaram sendo mães muito cedo a as entrevistas serão realizadas em Cavalcante ou no local de moradia das

entrevistadas. As entrevistas serão gravadas em áudio. Faremos também o registro fotográfico de alguns objetos que fizeram parte da infância das meninas/mulheres, a fim de enriquecer suas histórias.

A construção do questionário e segue abaixo:

Roteiro de entrevista para pessoas vinculadas na fazenda Prata, comunidade Vão do Moleque (Cavalcante- Goiás):

- 1.1 Qual é o seu Nome? _____
- 1.2 Quantos anos você tem? _____
- 1.3 Há quanto tempo você vive na comunidade Prata? _____.
- 1.4 Qual é o seu grau de escolaridade? _____
- 1.5 Qual a sua renda? Vive de quê na comunidade Prata? _____
- 1.6 E casada, solteira, enrolada? _____
- 1.7 Trabalha em quê? _____
- 1.8 O marido ajuda nos afazeres da casa? _____
- 1.9 Com que idade você foi mãe? _____
- 2.0 Quem é o pai? _____
- 2.1 Você escolheu engravidar? _____
- 2.2 Em algum momento ele pediu para você abortar o bebê? _____
- 2.3 Você queria ter relações sexuais? _____
- 2.4 Você gostou? Teve prazer sexual? _____
- 2.5 Você sentiu como uma violência? _____
- 2.6 Você sabia que tendo relações você engravidaria? _____
- 2.7 Você toma anticoncepcional hoje? Tomava na época? _____
- 2.8 Como foi parir? Você sabia lidar? Estava assustada? _____
- 2.9 Você tem apoio do pai do seu filho (a)? _____
- 3.0 Ele te ajuda arrumar a casa? _____
- 3.1 Ele ajuda a cuidar do filho (a) no dia a dia? _____
- 3.2 Seu parceiro já te agrediu de alguma forma, por exemplo: puxão de cabelo, pegou forte no seu braço, já jogou objeto em você? _____
- 3.2 Seu parceiro já te humilhou, constrangeu em público? _____
- 3.3 Você já quis ir embora e viver outra vida? _____

Foram pesquisados quatro mulheres kalunga da comunidade vão do moleque- Prata, a casos diferentes de cada uma, a casos de algumas que sofreram e ainda sofre violência,

mas por vergonha não quiseram relatar na entrevista, mesmo falando que o nome delas não apareceria na entrevistas, outras não quiseram dar a entrevista.

"A vergonha é uma questão histórica da violência contra a mulher", diz Chakian.

"Ainda há a ideia absurda de que a violência sexual refletiria a 'desonra' da vítima ou de que ela pode de certa forma ter tido algum comportamento que incentivou ou encorajou aquela prática."

CAPÍTULO I

Conceitos e definições da violência de gênero

Neste capítulo, buscamos expor as definições e tipificações que envolvem a violência de gênero e contra crianças e adolescentes, tanto aquelas reconhecidas pela lei brasileira como por órgãos internacionais, como a UNESCO, bem como os dados mais amplos dessa violência.

Femicídio ou Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) corresponde ao artigo 121, §2º, inciso VI do código penal brasileiro, é o termo usado para denominar assassinatos de mulheres cometidos em razão do gênero, quando a vítima é morta por ser mulher. A cada dia cerca de 13 mulheres são assassinadas no Brasil, sendo o Brasil o quinto país do mundo com maior taxa de feminicídio. No começo de 2020 foram registrados 648 Feminicídio no país, sendo que 70% das agressões ocorrem no meio familiar. De cada dez mulheres assassinadas no Brasil, sete são negras. Em uma década, a taxa de homicídios contra mulheres negras aumentou 12,4%, enquanto os assassinatos de mulheres não negras diminuíram 11,7%, já Segundo o Atlas da Violência 2020, lançado nesta quinta-feira (27, no ano de 2020), a taxa de mortalidade por homicídios em 2018 foi de 2,8 mulheres não negras (brancas, indígenas e amarelas) por 100 mil habitantes. Dessa forma, as mulheres negras representam 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro se comparado à das mulheres não negras. Entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres no Brasil, 43,7 mil somente na última década. Segundo o mapa da violência 2012 divulgado pelo Instituto Sangari, o número de mortes no ano de 2021 Homicídios e juventude no Brasil revelam que, de 2001 a 2011, o índice de homicídios de mulheres aumentou 17,2%, com a morte de mais de 48 mil brasileiras nesse período. Só em 2011 mais de 4,5 mil mulheres foram assassinadas no país. Em relação às negras, esse índice é quase o dobro: 5,2 por 100 mil. Apesar de ser um crime grave de violação de direitos humanos, a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente, todo mundo sabe o quanto já batemos na tecla, debatemos sobre a violência contra as mulheres que cresce cada vez mais, e vem sendo discutido com mais frequência, gerando grande preocupações na sociedade brasileira, e não é só a violência física que machuca, desmoraliza as mulheres, mas tem também a violência moral, sexual, patrimonial e a psicológica. (AGÊNCIA TODAS. DIREITOSHUMANOS.2020).

Nas últimas décadas o aumento dos estudos na área da saúde sobre a violência, principalmente no caso de violência contra a mulher é enorme, isso ocorre por conta da sua alta incidência e pelas consequências que causa à saúde física e psicológica das pessoas que sofrem violências.

A violência é compreendida como um problema de saúde pública e pode ser definida como Minayo e Souza (Apud. FREITAS et. al. 2020 p. 12) o fizeram: “Qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigidas a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e (ou) espirituais”. Já para Santos (Apud SILVA, 2010, p. 12):

[...] a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo. A violência seria a relação social, caracterizada pelo uso real ou virtual da força ou da coerção. A violência seria a relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero ou raça, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea.

Neste sentido, a violência é definida como o uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al, 2002).

A violência contra a mulher carrega um estigma como se fosse um sinal no corpo e na alma da mulher. É como se alguém tivesse determinado que se nem todas as mulheres foram espancadas ou estupradas ainda, poderão sê-lo qualquer dia desses (TELES, 2002). Percebemos que esse assunto é bastante discutido. Sempre batendo nas mesmas teclas, como se fosse um problema muito distante, um fruto da desigualdade econômica, que na maioria das vezes ocorre mais com as pessoas pobres e alcoolizadas, mas essa ideia é relativamente falsa, em qualquer classe social, sem distinção de raça, o fenômeno pode acontecer e acontece. Nem toda violência física é o espancamento, são considerados também como abuso físico a tentativa de arremessar objetos, com a intenção de machucar, sacudir e segurar com força uma mulher. Forçar atos sexuais desconfortáveis e forçar o sexo consta como violência sexual. Obrigar a mulher a fazer atos sexuais que causam desconforto ou repulsa, como a realização de fetiches, isso também é violência. Impedir a mulher de prevenir a gravidez ou obrigá-la a abortar, e impedi-la de tomar qualquer método contraceptivo é uma prática da violência sexual. Controlar o dinheiro ou reter documentos, quando o homem tenta controlar, guardar ou tirar o dinheiro de uma mulher contra a sua vontade, assim como guardar documentos pessoais da mulher, isso é considerado uma forma de violência patrimonial. Outra

forma de violência ao patrimônio da mulher é causar danos de propósito a objetos dela, ou objetos que ela goste.

Tipos de violência contra a mulher

Violência moral

São as condutas que configuram calúnia, crime prescrito no art.138 do código penal, que consiste em acusar uma pessoa de ter cometido algum crime, sabendo que ela é inocente. Um exemplo comum de calúnia contra mulheres em situação de violência é quando o ex-companheiro acusa a mulher de abandonar um filho menor para sair com as amigas, quando, na verdade, isso não ocorreu. Outro exemplo ocorre quando a mulher é falsamente acusada de cometer o crime de maus-tratos contra o filho do casal. Também é violência moral a prática de humilhar a mulher na frente de terceiros.

Injúria

Definida pelo código penal artigo 140, injuriar, ofender a dignidade com xingamento direcionado à mulher pode ser um exemplo. Independentemente da sua divulgação para outras pessoas, o que conta principalmente é a percepção da mulher de ter sido ofendida. É o que acontece quando o parceiro chama ou espalha para a comunidade que sua mulher é vagabunda, promíscua ou “galinha”. (DIREITO EM TESE, 2018-2020)

Difamação

Pelo art. 139 do código penal, difamar alguém é prejudicar e ofender a sua reputação, como quando o homem afirma que a mulher é adúltera, incompetente, expondo detalhes da sua vida privada. (DIREITO EM TESE, 2018-2020)

Calúnia

Crime prescrito no art.138 do código penal, ocorre quando o agressor atribui falsamente a alguém a autoria de um crime, que consisti em expor na internet, nome e foto de uma pessoa como autor de um homicídio, sem ter provas, a pena é de seis meses de prisão, ou dois anos de multa para o réu. (DIREITO EM TESE, 2018-2020)

Violência patrimonial

É qualquer conduta que consiste no uso do dinheiro ou bens materiais da mulher pelo homem para ter controle sobre ela, alguns exemplos de violência patrimonial são se apropriar da remuneração da mulher, vender bens da parceira sem repassar à parceira a parte que lhe cabe, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Companheiros ou ex-companheiros são responsáveis por 43,3% dos casos de violência patrimonial. Somados a pais, padrastos, parentes e conhecidos, obtém-se que 59,9% dos que praticam esse tipo de violência são familiares ou pessoas próximas da mulher. (DIREITO EM TESE, 2018-2020)

Violência psicológica

A violência psicológica é uma agressão que machuca o psíquico ou o emocional, ferindo o equilíbrio afetivo, a capacidade de tomar decisões, o estado psicológico e bem estar da vítima. A violência psicológica é crime e está no art. 7º da lei Maria da Penha. Envolve o constrangimento, ridicularização e perseguição, e alguns tipos de agressões verbais, como o xingamento, chamar o outro de incapaz; a indiferença, que é o comportamento neutro, a intolerância ou discriminação, que é desprezar as características, a cultura, os valores e a crença; e quando a vítima é carente e o agressor usa isso ao seu favor, oprimindo, sufocando e impondo suas vontades na vida dele, a exposição pública é confranger, desrespeitar, causar medo e vergonha, divulgando fotos, vídeos íntimos da pessoa; impor condição privilegiada é quando o agressor argumenta que sua condição está acima da vítima, e por último, a ameaça ou intimidação, que é quando o agressor coloca vantagens, pelo fato de ser homem é ter mais força que a mulher, só para intimidar sua parceira, assim conseguindo o que o agressor quer.

A violência psicológica entrou no capítulo dos crimes contra a liberdade pessoal: “Art. 147-B, causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação: Pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave.”(DIREITO EM TESE, 2018-2020)

Violência física

A violência física está incluída entre os crimes de Lesões Corporais, como: tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos, obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos, tirar de casa à força, amarrar, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos, danos à integridade corporal decorrentes de negligência (omissão de cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros) e ficou assim definido: “Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do 20-A do art. 121 deste Código: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro anos).” (DIREITO EM TESE, 2018-2020)

A violência física é a mais praticada entre as formas de violência doméstica (67%), seguida da violência psicológica (47%) e da violência moral (36%). (SUPRANI, 2020).

Violência sexual

A violência sexual e qualquer tipo de ato sexual praticado contra qualquer pessoa, a mais horripilante e cruel forma de violência depois do homicídio, já que se apropriam do corpo da mulher, e o abuso sexual não envolve necessariamente violência física, aquelas brincadeiras de amigos, namorado, marido sem consentimento também é violência. Segundo as estatísticas, as agressões sexuais podem ser cometidas com meninas e meninos, homens e mulheres, mas infelizmente acontece mais com meninas e mulheres, sendo essas 89% dos casos (de acordo com dados do IPEA), já as crianças e adolescente são vítimas com 70% dos casos, e em muitos casos essa violência vem de dentro de casa, por parte de irmão, tios, pais, vizinhos, amigos. É algo monstruoso, essas agressões deixam sequelas terríveis que podem durar para a vida toda da vítima.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a “violência sexual é qualquer ato sexual, tentativa do ato não desejado ou atos para traficar a sexualidade uma pessoa, fazendo uso de repressão, ameaça ou força física, praticados por qualquer pessoa independente de suas relações com a vítima e de qualquer cenário, não limitado ao lar ou trabalho”. Ou seja, é uma agressão focalizada na sexualidade da pessoa, mas que a atinge em todo o seu ser.

A violência sexual abrange:

- Estupro dentro de um relacionamento, por pessoas desconhecidas ou conhecidas;

- Tentativas sexuais indesejadas ou assédio sexual, que podem acontecer na escola, no local de trabalho e em outros ambientes;
- Violação sistemática e outras formas de violência, particularmente comuns em situações de conflito armado (como a fertilização forçada);
- Abuso de pessoas com incapacidades físicas ou mentais;
- Estupro e abuso sexual de crianças;
- Formas “tradicionais” de violência sexual, como casamento ou coabitação forçada.

Consentimento quer dizer concordar, dar anuência a uma ação. Da mesma forma que pode ser dado, o consentimento pode igualmente ser retirado a qualquer momento. Em muitos casos, um acordo é recusado por meio de um “não” verbal, mas a ausência dessa fala não significa que a parceira tenha consentido. Ou seja, a ausência do “não” ou de uma fala clara não significa um “sim”. E ainda é importante ressaltar que não podemos dizer que uma mulher está consentindo algo se está cedendo a pressões, ameaças ou está em uma situação de dependência (ALMEIDA et. al. (Orgs.), 2020).

Há muitas razões pelas quais as mulheres não denunciam a violência sexual:

- Falta de apoio;
- Vergonha;
- Medo de represálias;
- Sentimento de culpa;
- Receio de que não acreditem nela;
- Temor de ser maltratada ou socialmente marginalizada.

Este tipo de violência ocorre com frequência, e, muitas vezes as vítimas sequer se dão conta que estão sofrendo violência doméstica. Por isso é importante pedir ajuda. Violência doméstica não é só um tapa.

CAPÍTULO II

A violência contra mulheres e crianças na região de Cavalcante: estatísticas, contextos, casos e comparações com os números do Brasil

Em Cavalcante – Goiás em 2019 foram registrados 20 casos de estupro de vulnerável, a cidade possui o maior índice de estupro de vulnerável do Estado, com taxa de 3,7 casos por mil habitantes, enquanto em Goiânia o dado é de 0,43 (TEÓFILO, CMDCA,2018).

A violência contra as mulheres se volta em quase a metade dos casos a crianças e adolescentes.

Abaixo reproduzimos um documento com as estatísticas da região abordada:

CONSELHO TUTELAR DE CAVALCANTE – GOIÁS

ESTATÍSTICAS

Cavalcante Go, 27 de julho de 2021.

Relação dos Casos de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no município de Cavalcante-Go, dos últimos 5 anos.

ANO	CASOS
2016	08
2017	05
2018	12
2019	12
2020	09

Relação dos Casos de Violência Física contra Crianças e Adolescentes no município de Cavalcante-Go, entre 2016 e 2020.

ANO	CASOS
2016	13
2017	08
2018	09
2019	06
2020	18

GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA ACIMA DE 14 ANOS ATÉ 18 ANOS	18
---	----

O estupro é formado por quatro elementos, são eles: o constrangimento por meio de ameaças e violências, podendo ser cometido por qualquer pessoa, sendo o agressor maior de idade responderá por crime, sendo menor de 18 anos responderá por ato infracional análogo a estupro, independente do sexo; obrigar a vítima a praticar atos libidinosos, conjugação carnal; o estupro de vulnerável, tipificado no artigo 217-A do Código Penal, com pena de reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. É caracterizado por uma relação de poder, na qual a vítima se encontra em uma situação de vulnerabilidade, em que a conjugação carnal ou o ato libidinoso com menores de 14 anos, com ou sem o consentimento como, por exemplo, quando a pessoa se encontra em situação de embriaguez, independentemente de qualquer coisa ou situação, como uma pessoa que tenha doença mental que afete o seu discernimento, é considerado estupro de vulnerável. “Art.213 do código penal: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjugação carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.”

Se a pessoa na hora do ato não quer mesmo sendo uma mulher adulta, até mesmo o seu marido obrigar a fazer algo que não quer e com a saúde mental boa é sim considerado estupro, mas quando a pessoa possui até 14 anos mesmo querendo fazer o ato é sim um estupro de vulnerável.

As meninas vão para a cidade de Cavalcante-Goiás para estudar, elas ficam na casa de pessoas que precisam de uma menina para fazer os serviços domésticos, em

troca elas ganham comida e um lugar para dormir, e têm o horário da escola para irem estudar. Com isso, elas ficam expostas e é nesse âmbito de trabalho que se encontram os agressores: os patrões das meninas, de classe média ou alta, branco. Essas meninas ficam vulneráveis, sofrendo assim violência, abuso, e até o mais cruel de todos, o estupro. As vítimas têm em geral entre 10 e 14 anos. Em Cavalcante – Goiás, um caso repercutiu quando o ex. vice-presidente da câmara municipal, o Jorge Cheim, de 62 anos, ex. vereador pelo PDS por três mandatos, ex-prefeito de Cavalcante e marido da atual ex. vice-prefeita de Cavalcante, Maria Celeste Cavalcante Alves (PSD), (correiobraziliense, 2015. Renato Alves. Garotas de 10 a 14 anos são vítimas de escravidão sexual em Cavalcante (GO)), abusou da menina em sua casa durante muitos anos. Na época a menina tinha 12 anos e hoje é mãe de três crianças. A promotora que recebeu o inquérito, Úrsula Catarina Fernandes Siqueira Pinto, se declarou suspeita, respondendo pela comarca do município há 18 anos, sendo ela casada com o primo do vereador, que teve a prisão preventiva pela Polícia Civil. Infelizmente esse caso não deu em nada, o Jorge Cheim foi embora de Cavalcante sem ao menos ir no Fórum.

Há inúmeros casos de crianças, meninas e até mesmo idosas que sofreram e sofrem violência, estupros nas comunidades quilombolas situados em Cavalcante Goiás, que infelizmente os homens dessa região tratam isso como se fosse normal, acreditam que essa é a cultura deles, como o relato de um homem de 67 anos que afirmou que “nenhum homem vai tirar a virgindade da minha filha, elas são minhas, eu quem tiro”. Ou seja, é uma cultura paternalista que vê a mulher como propriedade da família, do pai.

“De todos os abusos sofridos pelos kalungas do Goiás, um em particular deixa a comunidade em carne viva: os silenciosos casos de violência sexual contra meninas com idade entre 5 e 14 anos.” A Coordenadora do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Thaís Marinho, afirma que o problema da alta taxa de estupro de vulnerável não é localizado nas comunidades quilombolas de Cavalcante. “Tem a ver com a cultura do brasileiro, uma cultura paternalista, que vê a mulher como propriedade da família, do pai. É uma questão cultural que afeta toda a população brasileira. Talvez se centralize lá por ser uma região onde o acesso à educação não tenha chegado com tanto afinco”. Thaís ainda afirma que os abusos têm muito a ver com a cultura paternalista já citada, algo que não é exclusivo de comunidades calungas. “É uma questão cultural que afeta toda a população brasileira”, disse. “É muito comum ter crianças iniciadas sexualmente pelo avô, pai,

padrasto, irmão mais velho. É ‘normal’. Anormal é questionar isso”. (TEÓFILO, CMDCA,2018).

Outro caso foi em Cavalcante-Goiás na Chapada dos Veadeiros, uma criança Kalunga de 8 anos estuprada pelo padrasto de 30 anos desde os 7 anos de idade, esse caso de estupro foi denunciado pelo pai biológico da criança, o padrasto admitiu e confessou os crimes e ainda contou que gravava as cenas como ameaça a menina, e mostrava os vídeos pornográficos para ela com o intuito de lhe ensinar a prática sexual. O acusado ainda falou como forma de culpar a criança que “ela fazia isso porque a criança era curiosa, queria saber das coisas, como era o órgão”, disse o delegado. Em menos de duas semanas o pedido de prisão foi feito, com a ajuda das autoridades da cidade vizinha Campos Belos a cerca de 140 quilômetros de Cavalcante, o acusado foi levado para o presídio de Campos Belos, e pode pegar até 30 anos de prisão.

Os casos da região kalunga confirmam em vários aspectos as estatísticas mais gerais:

O levantamento da ONDH permitiu identificar que a violência sexual acontece, em 73% dos casos, na casa da própria vítima ou do suspeito, mas é cometida por pai ou padrasto em 40% das denúncias. O suspeito é do sexo masculino em 87% dos registros e, igualmente, de idade adulta, entre 25 e 40 anos, para 62% dos casos. (CAOP. MINISTERIODAMULHER, 2020).

Segundo os registros do Sinan demonstram que 527 mil pessoas são estupradas por ano no Brasil e que apenas 10% desses casos chegam ao conhecimento da polícia, 89% das vítimas são do sexo feminino e possuem baixa escolaridade, ao total são 70% crianças e adolescentes, 24,1% dos agressores das crianças são os próprios pais ou padrastos, 2,2% são amigos ou conhecidos da vítima, no geral, 70 % dos estupros são cometidos por parentes namorados, amigos/ conhecidos da vítima, isso mostra que o principal inimigo está dentro da casa e que a violência nasce dentro dos lares. (CARMONA, 2011, p. 11).

Alguns casos processados de violência contra mulheres e crianças da região de Cavalcante

A Promotoria de Justiça da Comarca de Cavalcante revela que os caso de abuso sexual de meninas kalungas e de veracidade e que tem recebido a devida punição nas sentenças apresentadas

1.

Em 2020 na comunidade Kalunga fazenda Prata, Vão do Moleque, um jovem de 19 anos cometeu um crime, estuprou uma vítima de 57 anos, a mulher e tia do estuprador, ela dormia no momento do crime e foi acordada durante o estupro, quando passou a ser ameaçada com uma faca pelo agressor. Nisso denunciaram, pois o estuprador não só cometeu esse crime, como também estava ameaçando outros moradores, a vítima e familiares foram até Cavalcante - Goiás dar seu depoimento e fazer exames, daí começou uma busca, ele foi pego depois de 15 horas depois pela polícia civil (PC).

O jovem que agora está com 24 anos, foi liberado em setembro de 2023 e encontrasse morando em Cavalcante- Goiás, não podendo ir para a comunidade do prata, Vão do Moleque. Todavia não sabemos o certo o porquê foi liberado, mais segundo o jovem de 24 anos foi solto a noite e teve que vim andando de Alto paraíso até um certo pedaço, achando carona de manhã, não está usando tornozeleira, e por enquanto está solto nas ruas trabalhando, fazendo bicos.

2.

Conforme é apresentado no documento da sentença, o jovem acusado e condenado manteve conjunção carnal.

Ele é condenado pelas práticas dos fatos criminoso, Sildemar A.M, de forma livre e consciente, por diversas vezes, **teve conjunção carnal com sua filha, a menor E.M.M** apenas 09 anos de idade na época dos fatos.

Sildemar A.M é genitor da vítima e assumiu a guarda unilateral da menor em agosto de 2022, já que Aline Gualberto Martins, mãe da menina, estava com problemas de saúde.

Logo mais tarde, Aline decidiu retomar a guarda da filha, oportunidade essa que percebeu e sentiu que algo avia mudado, a sua filha não estava como antes, as alterações no comportamento, pois E.M.M se mostrava extremamente assustada e sempre que outras pessoas se aproximavam dela demonstrava medo.

Aline Gualberto Martins decidiu conversar com sua filha, quando E.M.M. relatou que apanhava muito do seu pai, que também proibia que as duas mantivessem

contato. E.M.M relatou que **o genitor “tentava mexer com ela”, pedia para que ela retirasse as vestes**, para que os dois ficassem nus, **ocasião que “subia em cima, mas que não entrava nela”**.

A relatos que a menina conta que ele pediu ela para tirar toda a sua roupa, quando **colocou o pênis para fora**, Nisso a menina ficou muito assustada, fazendo-a correr em desespero, na força da emoção. Naquela oportunidade, a menina foi consolada pela esposa do denunciando, nisso ela pediu para retornar a morar com a sua mãe.

Foi acionada a polícia, teve todo o procedimento, foram feitos o exame de pericias com laudo e realmente foi constatado a conjunção carnal dos órgãos de proteção

O caso dessa menina não foi a primeira e nem será a última, a inúmeros casos do próprio pai cometendo essa atrocidade, a inúmeros casos na internet, isso e assustador! O mais cruel que as vezes a própria mãe da criança apoia.

Já foi falado que quase 90% da violência acontece no âmbito familiar, a violência intrafamiliar atinge uma grande parcela da população e repercute de forma muito significativa sobre a saúde das pessoas.

Nas comunidades a inúmeros casos do pai ficando com a filha, segundo o relato de um, estando sobre efeito de álcool relatou que foi ele quem fez as filhas, quem tem que ser dono dela e ele e não qualquer desconhecido, ou marmanjo por ai. Isso e tão real, assustador que ele tem uma filha com a própria filha dele.

3.

No ano de 2.015 a Sra. Januária Moreira de Sena, relatou que o pai de suas filhas com Luis Paulo Oliveira Simplicio, que o pai de suas filhas é ex presidiário; que recentemente tomou conhecimento por familiares que suas filhas estavam sendo vítimas de abuso sexual; que conversou com as mesmas sendo que a filha Agda Moreira Simplicio confessou-lhe ter sido molestada pelo próprio pai, pelo padrasto e por um terceiro desconhecido. Que a outra filha Maisa M. S. já fugiu de casa por duas vezes. Que Maisa disse-lhe que o padrasto tentou tirar o seu sutiã, apenas isso. Que no início Agda não teve coragem de falar para a mãe e procurou uma tia materna. Que suas filhas não conviveram com o pai, somente no início do ano familiares do mesmo apareceu na

comunidade e levou as meninas para passarem as férias e conhecer o pai. Que ficou sabendo por Agda que seu pai teria lhe molestado sexualmente.

Que Agda disse também que na mesma ocasião foi abusada por um desconhecido, que a tal pessoa chegou a lhe ameaçar com uma faca. Que tudo isso ocorreu em janeiro de 2015.

Agda confessou que o atual companheiro da sua mãe, Sr. Valdivino Francisco Maia, vulgo "Divino", também lhe molestou sexualmente. Acredita que sua filha tem vergonha de falar maiores detalhes, Agda informou para a declarante que os abusos sexuais ocorreram por duas vezes pelo seu padrasto, mas ouviu de familiares que Agda teria dito que "já não aguentava mais"; a declarante que foram várias vezes. Que Valdivino já tentou a matar, já tendo ficado preso na cadeia de Cavalcante por tal fato. Que depois reatou com Valdivino, por medo. Que acha estranho o comportamento de Valdivino com suas filhas, porque ele não age como pai, mas como marido. Que tem medo do que seu companheiro pode fazer ao saber que a declarante procurou a promotoria local. Que solicita medidas protetivas, no sentido de que o mesmo seja afastado da residência do casal, bem como seja fixado um limite de distância entre ele e suas filhas e fixado pensão alimentícia para os outros filhos que tem com ele, num total de cinco.

Foi aplicada a medida protetiva em razão do comportamento agressivo de VALDIVINO FRANCISCO MAIA, que vem tornando insuportável a vida de JANUÁRIA MOREIRA DE SENA.

Foi relatado que o abusador, tentou retirar o sutiã da outra menor MAÍSA M. S. O abusador/ agressor já tentou matar a mãe das vítimas, já ficando preso por isso.

Esses são alguns dos muitos relatos que acontece na pequena comunidade, tendo vários outros, por medo, por serem julgadas, apedrejadas, não tiveram coragem, mais esses relatos acima mostra o tão terrível e cruel pode ser o ser humanos e infelizmente essa crueldade vem de onde menos esperamos, na maioria das vezes e do primo, tio, e até mesmo do pai e irmãos.

Esses casos jurídicos e só para reforçar e reforçar o tanto que as pessoas são cruéis com os próprios de casa. No Brasil, a violência sexual é o segundo maior tipo de violência contra as crianças, principalmente entre a faixa etária de 9 anos, em segundo lugar com

as crianças de 10 anos aos 14 anos e em terceiro lugar com a faixa etária dos 15 anos os 19 anos.

Nas comunidades a inúmeros casos dos próprios familiares, principalmente os pais ficando com as filhas, para eles e considerado uma cultura, as vezes as mães colocam uma venda nos olhos e finge que não está sabendo, vendo essas atrocidades.

Infelizmente a mulher leva o namorado para a sua casa e nessa hora, o padrasto abusa da filha, e a diversos casos em que a mãe por esta cega de paixão pelo namorado finge que está tudo bem, outras apoia, deixa acontecer e induz a filha a ter relações sexuais com o padrasto, enfim uma atrocidade gigantesca.

CAPÍTULO III

Entrevistas

Abaixo segue um pequeno relato sobre a situação de vida das mulheres entrevistadas.

Entrevista 1

Entrevistada 1 é uma mulher Kalunga que mora na comunidade vão do Moleque tem quatro meninas, e um menino, a primeira filha tem dois meninos sendo um de 6 anos e o mais novo de 2 anos, e a sua outra filha do meio tem um menino de 8 meses e alguns dias. A sua casa feita de adobe e coberta por palha fica na beira do rio Paranã, o rio maior que tem na comunidade, e desse rio eles consomem a água para a criação, para beber, lavar roupa, molhar horta, para tudo, e é do rio Paranã que eles tiram um de seus sustentos, o peixe. A casa dela fica bem pertinho da casa dos pais, na casa moram ela e seus quatro filhos. Recentemente a mãe da entrevistada faleceu com câncer no estômago, quando descobriu já estava em estado avançado, não resistiu e veio a óbito logo assim que soube.

A casa do pai fico do lado da filha, depois do ocorrido ficam todos juntos na casa do pai. Entrevistada 1 não teve escolha de engravidar, aconteceu, teve muito medo e insegurança, pois na época era bem novinha, não relatando com quantos anos teve a sua filha mais velha, todos os maridos que teve nenhum foi fixo, sempre cuidou dos seus filhos sozinha. Mesmo sabendo que se fizesse sexo com o seu companheiro engravidaria, ela não pensou e veio a primeira filha, mesmo sabendo que tem anticoncepcional não tomava regulamente, esquecendo às vezes. Foi para Arraias para ganhar a sua filha, um parto tranquilo e rápido, o pai das suas filhas não ajuda, às vezes eles se encontram na cidade, as duas filhas que são do mesmo pai o visitam, mas ajudar financeiramente, não.

A cidade mais próxima da comunidade que ela acha mais fácil ir já que tem parentes mais próximo é Arraias, no Tocantins, na cidade ela compra alguns mantimentos, pois nem tudo dá para plantar na roça e colher com fartura.

Entrevistada 1 sustenta a casa com dinheiro do governo; a bolsa família, e atualmente ela recebe o auxílio emergencial. Além de ser uma dona de casa, ela capina e planta sua roça, já que não tem marido para lhe ajudar.

Com a oportunidade de voltar a estudar, a entrevistada 1 está prestes a formar no 3º ano do ensino médio. Ela foi uma das selecionada pelo governo e conseguiu ganhar um telefone, para que assim consiga fazer suas pesquisas e termine o ensino médio, ela relata que está muito feliz, pois antes para estudar tudo era muito longe, mais difícil e com filhos a situação piorou, mas agora já estando com os filhos grandes, eles podem cuidar dos mais pequenos enquanto ela estuda.

A entrevistada 1 não quis responder algumas perguntas do questionário, Quem é o pai? Você queria ter relações sexuais? Você gostou? Teve prazer sexual? Você sentiu como uma violência?

Entrevista 2

Entrevistada 2 é uma mulher Kalunga, a sua idade ela não sabe, e no registro mostra data que não é a certa, 49 anos, desde que nasceu mora na fazenda Prata, comunidade Vão do Moleque. Tem doze filhos, alguns já estão amigados, tendo apenas um casal de filhos sobre o seu cuidado, um menino de 12 anos e a menina de 9 anos.

Não trabalha, pois na comunidade não tem serviço para mulheres, tendo apenas para homens, que é capinar, mas mesmo assim quando tem uma oportunidade ela vai com o seu marido para o serviço ajudar, em plantação de roça, trabalhar em garimpo, em construção de casa, mas atualmente só recebe o dinheiro da bolsa família que sustenta sua família na casa e o dinheiro que o seu marido traz pra casa dos bicos que faz.

Quando vem em Cavalcante para fazer compra e receber o seu dinheiro da bolsa família, recebe doações como roupa, calçados, cesta básica. Nunca frequentou escola, já que na época era tudo muito complicado, longe, e as mulheres naquela época quando casavam os maridos não deixavam estudar, elas tinham que cuidar da casa e dos filhos.

O seu marido cuida e ajuda no que pode, do jeito dele, levando a comida na mesa, é a mulher que prepara a comida, arruma a casa, e cuida dos filhos.

A entrevistada 2 não sabe contar, já que não frequentou escolas, não tem a noção da data que engravidou do seu primeiro filho, ela teve 7 filhos com o seu primeiro marido, sendo que o primeiro morreu do mal de sétimo dia. É uma doença infecciosa

aguda, grave, não contagiosa, que acomete o recém-nascido (RN) nos primeiros 28 dias de vida. É conhecida popularmente como tétano umbilical e “mal de sete dias”.

O marido dela faleceu e ficou uns tempos sozinha, logo depois de um ano ela conheceu outra pessoa, esse que está até hoje com ela, os dois tem cinco filhos, como já foi dito apenas dois ainda permanecem com eles, os outros casaram e moram com os seus maridos e suas esposas.

A entrevistada 2 relata que naquela época as mulheres casavam e não sabiam o que vinha depois, como engravidava, como as crianças vinham ao mundo, naquela época era difícil na região alguém casar, o casamento era os dois juntarem os seus pertences e irem morar juntos. A entrevistada conta que sofreu muito com o seu primeiro casamento, ele a humilhava, e mesmo quando ela não queria ter relações ele a fazia ter à força.

Essa situação que a entrevistada 2 passou é denominada “estupro cometido por parceiro íntimo”: “Ainda não temos números das ocorrências de estupro doméstico porque, infelizmente, persiste na cultura brasileira uma ideia de que é obrigação da mulher ‘servir’ ao marido – então, muitas vezes, ela não reconhece a violência que sofre ou não denuncia o parceiro.” (APARECIDA GOLÇALVES, ex. secretaria nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres da secretaria de políticas para as mulheres da presidência.)

“Outro ponto que dificulta o levantamento estatístico da violência sexual é que no âmbito das relações afetivas, muitas vezes, o estupro não é identificado. Embora menos visibilizado, o crime pode ser cometido tanto por desconhecidos como por conhecidos, inclusive em relações como o namoro ou casamento.” (Dossiês, Agência Patrícia Galvão. Violência sexual. 2015. APARECIDA GOLÇALVES, ex. secretaria nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres da secretaria de políticas para as mulheres da presidência).

A entrevistada relata que naquela época não sabia dessas coisas, que isso é uma violência sexual, naquela época as mulheres tinham que servir o seu companheiro. A banalização e normalização do assédio sexual faz com que muitas mulheres não consigam identificar o ato como assédio sexual. Outras pensam que aquilo "faz parte do jogo". É o que se passou com a entrevistada 2.

“Durante muito tempo se afirmou que a mulher não tinha valor social, sua função era baseada em cuidar da família, manter os filhos saudáveis e servir ao homem, Platão considerava que as mulheres eram reencarnações dos homens covardes que não tiveram força suficiente para ter acesso ao conhecimento numa vida anterior; para Hipócrates a semente feminina era mais fraca e o corpo feminino serviria apenas como abrigo para a semente forte masculina. Aristóteles complementou a ideia de inferioridade do corpo feminino ao afirmar, a partir de dados obtidos em estudos de medição dos animais, que as fêmeas possuem o cérebro menor e que seus corpos seriam uma deformação do corpo masculino (COLLING, 2004. apud, HEINZELMANN, 2011).”

Historicamente as mulheres eram vistas como uma acompanhante para o homem, seu papel era entreter e servir.

A mulher e criada e ensinada a esquentar a barriga no fogão, arrumar a casa, lavar roupa, ter filhos, para a sociedade naquela época a mulher só se tornaria um ser completo após a maternidade, principalmente se ela desse para o esposo um filho do sexo masculino. Basicamente se tivesse uma menina a mãe tinha o dever de ensinar a filha desde pequena a ser uma boa esposa, cuidar do lar, servi o seu marido e ter filhos homens.

Atualmente depois de muita luta muitas coisas mudaram as mulheres não são obrigadas a se casarem, podem viajar sem precisar de autorização de marido ou pai, conseguiram o direito a poder votar, entre tantas outras conquistas que foi conquistado ao longo dos anos.

As mulheres eram submissas ao sexo masculino, sendo controladas pelo pai e por seus irmãos, e em relação ao casamento eram feitos acordos, muitas vezes as mocinhas sequer sabiam quem eram os seus futuros maridos, conhecendo apenas no dia. Naquela época esses acordos eram feitos pelos pais das duas famílias e quase sempre envolvia dinheiro, às vezes terras, as vezes interesses políticos, nisso as mulheres eram tratadas como uma moeda de troca, nisso são ensinadas a terem bons modos perante os esposos, se não agradassem ele, além de serem humilhadas publicamente, o nome da família ficaria manchadas.

A entrevistada 2 conta que ela não sentia como violência, pois ela sendo mulher, ela casou para isso, mas ela ficava bastante triste pela forma como era tratada. Ele às vezes era bem carinhoso, outras vezes bem agressivo, tanto física como verbalmente, mas se não fizesse as vontades dele, era ela quem sofreria depois.

Quando engravidou não sabia como era, o porquê estava grávida, só depois da sua mãe explicar entendeu, mas foi um susto, era inocente e só ficou sabendo disso depois, mas a mãe ajudou até no momento que foi parir e cuidar do bebê no começo, bebê esse que depois faleceu do mal do sétimo dia como relatei no começo.

Já com seu segundo marido tudo foi diferente, eles se apaixonaram em um garimpo e estão até hoje juntos, são casados e vivem uma vida entre altos e baixos, mas ela conta que vive feliz na comunidade Vão do Moleque –Prata.

Entrevista 3

Entrevistada 3 é uma mulher Kalunga do Vão do Moleque – Prata, vive na comunidade há seis anos, tem 31 anos, tem o ensino médio completo, e a sua renda é de diarista, não tendo renda específica.

A entrevistada 3 é enrolada com o seu companheiro, ele ajuda nos afazeres de casa, se tornou mãe aos 20 anos de idade, apesar do medo de ter um filho ela ficou muito feliz com a vinda dele ao mundo, na época não tomava anticoncepcional, mas atualmente ela toma, pois por enquanto não quer ter mais filhos, o seu companheiro é amigo e ajuda quando ela precisa, carinhoso, nunca levantou a mão para ela, e nunca a humilhou em público ou algo do tipo.

Entrevista 4

Entrevistada 4 tem 32 anos e mora na comunidade Vão do Moleque - Prata desde quando nasceu, estudou até a 4º série, ela recebe um dinheiro do governo, encostada pelo INSS, tem sua hortinha pra passar o tempo, do resto vive do dinheiro do governo, alguns benefícios que vem para os povos Kalunga na comunidade.

Relata que já teve vários namorados e ao longo desse tempo engravidou sete vezes, alguns dos filhos estão com ela e outros com o pai, e avós. O seu primeiro filho ela o teve com quinze anos, sendo quatro deles com o primeiro marido que teve, com o

segundo marido teve um filho, e com o seu esposo atual tem um que é o mais novo. A entrevistada 4 teve um outro filho, mas acabou falecendo no hospital de Cavalcante com um ano, cinco meses e vinte e um dias, estava com febre alta e aplicou dipirona na veia da criança, infelizmente do dia seguinte veio a óbito.

A entrevistada relata que a primeira vez que foi ter relação sexual ela não queria, ficou com medo, mas ela relata que foi algo muito rápido, no começo foi ruim. Perguntei se ela achou com uma violência. Ela relata que não. Ela conta que não escolheu engravidar, mas nisso foram vindo os filhos, e “se veio é porque tinha que cuidar deles, foi difícil, o medo veio, mas no final tudo deu certo”, teve muita ajuda de pessoas de fora, e o seu companheiro na época não queria ter filhos e a abandonou, mas ao longo da gravidez ela teve apoio das pessoas, a promotora e conhecidos ajudaram muito, depois as pessoas aconselharam ela a operar, correu atrás e conseguiu pelo SUS, operou para não ter mais filhos.

O seu companheiro atual, ajuda em algumas atividades na casa, mas a maioria do serviço doméstico é ela quem faz, teve um dos maridos dela que levantou a mão para bater, mas foi só uma vez, pois depois disso ela o largou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo expor alguma das muitas violências que as meninas/ mulheres vem sofrendo ao longo dos anos, uma extensa caminhada por uma estrada angustiante não só na comunidade quilombola Kalunga vão do moleque- prata, mas em todo território.

Dado que, afirma-se que tenha nessa conjuntura uma discrepância de casos de violência contra mulheres, exploração sexual contra meninas negras, ocorrências essas que influencia tanto a baixa escolaridades das vítimas, a falta de ação pública no processo de fiscalização na comunidade, a falta de informação, rodas de conversas, seminários, falta de ação pública no processo de fiscalização e entre vários outros fatores que acarreta para a contribuição e predomínio dos casos na região, em que nada e feito, e quando e acusado do crime logo são absorvidos, nisso retornam para a sua respectiva casas fazendo com que todos fiquem com medo, assustados a cometerem o crime novamente.

A violência vivenciada pelas mulheres assume diferentes matrizes, de acordo com sua faixa etária e período de vida. Percebe-se que na infância, elas já se encontram inseridas em um contexto de violência doméstica, ou em consequência de violações dos seus direitos humanos, marcado por suas condições de inclusão social.

Nos últimos anos a sociedade brasileira reconheceu a violência doméstica contra a mulher como um problema público e não apenas privado. Décadas atrás a violência doméstica era restrita ao lar, sendo interrogado mais pelos familiares, amigos, vizinhos, não chegando aos ouvidos judiciários, muito ao menos da polícia, já que era tratado como problema familiar. Só mais tarde esse silêncio foi vencido, devido as conquistas dos movimentos feministas.

Necessitamos de criação de políticas públicas e programas sócias de combate e prevenção a violência contra as mulheres e que tenham uma visão ampla para que assim enxergue e possa combater essas atrocidades, também tendo como, a união de rede de apoio as vítimas e com apoio psicológico.

Para resolver o obstáculo da violência contra a mulher, é preciso comover a sociedade para não a reproduzir mais, romper o silêncio quando acontecer, qualificarem-se no seu atendimento quando for solicitado.

Com tudo isso precisamos unir forças contra os casos de abusos sexuais é uma alternativa de emancipação do sujeito do campo, a união faz a força, nisso precisamos de toda as ajudas possíveis de professores, diretores, alunos, familiares, entidades públicas, entre elas o ministério público, as câmaras municipais, prefeituras, e entre outros.

Em Cavalcante- Goiás tem políticas públicas voltadas para as mulheres, em apoiar, ajudar, fortalecer nós mulheres, visto que a precariedade é grande em nosso município, a Denise resolveu ajudar as mulheres de Cavalcante, com o movimento pioneiro inovador na sua cidade, Cavalcante-Goiás , voltado para o empoderamento, bem estar e fortalecimento de mulheres, na sua maioria em situação de vulnerabilidade social, realizando encontros e vivências, ações sócias, arrecadamentos, doações de alimentos e roupas para elas e suas famílias e o mais importante é que doam elas, tempo, carinho. Esse movimento que está ajudando e está tendo muito êxito é quintal da Denise, projeto esse sem fins lucrativos e com objetivo principal de cuidar de vidas e fazer a diferença.

Outra políticas públicas voltadas para as mulheres, e a da Secretaria Municipal de Igualdade Racial e da Mulher que compete, dentre outras atribuições regimentais: I - propor, coordenar e acompanhar as políticas públicas para a eliminação de qualquer forma de discriminação racial individual ou institucional visando garantir principalmente à população negra, comunidades tradicionais, quilombolas e grupos étnico-raciais historicamente discriminados a efetivação da igualdade de oportunidades e os direitos individuais, coletivos e difusos; II- apoiar e desenvolver estudos, pesquisas e diagnósticos sobre a situação da população negra, cigana, indígena, comunidades tradicionais quilombolas e grupos étnico-raciais historicamente discriminados; III - desenvolver ações de prevenção e combate a toda forma de Violação dos direitos e de discriminação da população negra, cigana, indígena e comunidades tradicionais quilombolas com ênfase nos programas e projetos de combate ao racismo, principalmente o racismo institucional; IV - elaborar e executar, em conjunto com outros órgãos da Administração Municipal e com entidades afins, políticas públicas de interesse específico da população negra, cigana, indígena e comunidades tradicionais quilombolas; V - propor medidas e atividades que visem à garantia dos direitos da

população negra cigana, indígena e comunidades tradicionais quilombolas e sua plena inserção na vida econômica, social, política e cultural do Município; VI - manifestar-se a respeito das questões étnico-raciais em todas as esferas de Governo, visando a implementação das políticas públicas normatizadas pelo Estatuto da Igualdade Racial, nos limites de suas competências legais; VII - propor e acompanhar programas, políticas públicas ou serviços que se destinem ao atendimento à população negra, cigana, indígena e comunidades tradicionais quilombolas no âmbito da Administração Municipal; VIII - criar instrumentos que permitam a organização, a mobilização e fortalecimento dos movimentos organizados de defesa dos direitos dos negros e grupos étnico-raciais historicamente discriminados; IX - promover a realização de cursos, congressos, seminários e eventos que contribuam para a divulgação do Estatuto da Igualdade Racial, visando a conscientização da população negra em relação aos seus direitos; X - criar programas de conscientização e de formação específica para jovens, negros e mulheres negras no mercado de trabalho; XI - coordenar e programar campanhas institucionais, utilizando material de divulgação junto à população, para combater a violência que atinge, em especial, as mulheres negras e a população feminina dos segmentos étnico-raciais historicamente discriminados; XII- acompanhar e providenciar os meios para o cumprimento da legislação que assegure os direitos da população negra, cigana, indígena e comunidades tradicionais quilombolas; XIII - estabelecer, com os órgãos/entidades afins, programas de formação e treinamento dos servidores públicos municipais, visando combater o racismo institucional nas relações entre esses profissionais e entre eles e o público; XIV - sistematizar informações e manter atual o banco de dados da situação da população negra, cigana, indígena e quilombola do município; XV - elaborar e executar projetos ou programas concernentes às condições da população negra, cigana, indígena e quilombola que, por sua temática ou caráter inovador, não possam de imediato ser incorporados por outras Secretarias; XVI - apoiar as iniciativas das entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra, como grupo de capoeira; congada, hip-hop, dentre outros; XVII - apoiar e acompanhar a implantação da Lei Federal nº10.639/2003 e nº 11,645/2008 que estabelecem às diretrizes e bases da educação nacional a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede de ensino fundamental e médio, instituições públicas e particulares, o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; XVIII - propor ações e parcerias para o monitoramento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na rede municipal de saúde; XIX - colaborar com o Conselho Municipal para Promoção da Igualdade Racial, prestando-lhe o apoio

técnico e administrativo necessários para o seu regular funcionamento; XX- - criar, estimular mecanismo de participação popular com objetivo de planejar ações coletivas com movimentos sociais e organizações governamentais e não governamentais em defesa da igualdade racial; XXI - promover ações para a captação de recursos destinados às ações referentes à igualdade racial, junto aos entes federados, de acordo com as normas dos órgãos de controle, obedecidas às especificidades de cada programa; XXII - o planejamento, a proposição, coordenação e acompanhamento das políticas públicas para as mulheres; XXIII - o desenvolvimento de ações de prevenção e combate a toda forma de violação dos direitos e de discriminação das Mulheres, com ênfase nos programas e projetos de atenção à Mulher em situação de violência; XXIV - a elaboração e execução, em conjunto com outros órgãos da Administração Municipal e com entidades afins, políticas públicas de interesse específico das Mulheres; XXV - exercer outras competências correlatas à sua área de atuação e que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Dulciely N. et. al. *Violência contra a mulher*. Brasília. Câmara dos Deputados, Edições câmara, 2020.

ALVES, Renato. *Investigação sobre estupro depende da escolha de representante do MP*. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/04/15/interna_cidadesd_f,479416/vereador-em-cavalcante-e-suspeito-de-estupro-de-menina-de-12-anos.shtml .

Acesso em: 22/10/2020

CAOP. MINISTERIO DA MULHER. *Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>.

Acesso em: 22/08/2020

CARMONA, Olga. *Efeitos da hipersexualização: meninas transformadas em 'Lolitas'*. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/efeitos-da-hipersexualizacao-meninas-transformadas-em-lolitas/?doing_wp_cron=1700331250.3462400436401367187500

Acesso em: 10/07/2017

CMDCA, jornal o popular. Sarah Teófilo. *Casos de abuso ainda assombram Cavalcante*. Disponível em: <https://cmdca.go.gov.br/noticias/casos-de-abuso-sexual-ainda-assombram-cavalcante/>

Acesso em: 20/09/2021

COELHO, Elza B. S.; Da Silva, Anne Caroline L. G.; LINDNER, Sheila R. *Violência por parceiro íntimo: definições e tipologias*. Disponível em: https://unusus-cp.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/143561/mod_resource/content/19/MOOC-Tipologias-comficha.pdf

Acesso em: 20/09/2021

CONSTANTINO, Gabrielle. *A valoração da palavra da vítima nos crimes contra a dignidade sexual*. Disponível em: file:///C:/Users/anaco/Documents/TCC%20-%20ORIENTANDAS/Cedilene/admin,+unisul_fato-direito_artigo6.pdf

Acesso em: 22/10/2020

CORREIO BRASILIENSE. Renato Alves. *Garotas de 10 a 14 anos são vítimas de escravidão sexual em Cavalcante (GO)*. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/04/12/interna_cidadesd_f,479060/xxxxx.shtml Acesso em: 08/09/2021.

COSTA, Fernando. *Modos tradicionais de produção orgânica na Comunidade Kalunga do Prata - Vão do Moleque, Cavalcante – GO*. Trabalho de Conclusão de Curso defendido da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília, 2018.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Quatro meninas brasileiras estupradas por hora. Um crime generalizado e silencioso. *El País*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-sexual/quatro-meninas-brasileiras-estupradas-por-hora-um-crime-generalizado-e-silenciado/>
Acesso em: 09/09/2021.

KRUG et. Al. (2004) *Transformação do conflito*. Disponível em: https://unաս-cp.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/143550/mod_resource/content/97/modeloUn1/index.htm
Acesso em: 22/05/2018

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SILVA, Camila; RAHAELA, Jessica. O silêncio atrás da serra. CONAQ. Disponível em: <https://conaq.org.br/noticias/o-silencio-atras-da-serra/>
Acesso: 26/08/2022.

SILVA, Rosimeri Aquino. De José Vicente Tavares dos Santos, Violências e conflitualidades. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 25 Número 2, Maio / Agosto 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/R6rzGXDgtCRn9V7sTy8vzXp/?format=pdf>
Acesso: 25/08/2022.

SUPRANI, Laura. Agressão física é apenas uma das formas de violência doméstica. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/agressao-fisica-apenas-uma-das-formas-de-violencia-domestica-entenda-que-diz-lei-maria-da-penha-24739311>
Acesso em: 21/09/2022.

TELES, M.A.A.; MELO, M.M. *O que é Violência contra a Mulher*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

TEÓFILO, Sarah. Casos de abuso sexual ainda assombram Cavalcante. *Jornal O Popular*. 2018. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/casos-de-abuso-sexual-ainda-assombram-cavalcante-em-goias-1.1887071>
Acesso em: 22/10/2020

Instituto Patrícia Galvão. A conta não fecha: 4 em cada dez mulheres já sofreram importunação sexual e viveram situações de controle e violência doméstica, mas poucos homens assumem essas práticas. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/a-conta-nao-fecha-4-em-cada-dez-mulheres-ja-sofreram-importunacao-sexual-e-viveram-situacoes-de-controle-e-violencia-domestica-mas-poucos-homens-assumem-essas-praticas/>
Acesso em: 08/09/2021

Instituto Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/> Acesso em: 09/09/2021.

Violência sexual. Disponível em: [Violência Sexual – NÃO SE CALE \(naosecale.ms.gov.br\)](https://naosecale.ms.gov.br) Acesso em: 09/09/2021.

Agência Patrícia Galvão. Violência contra as mulheres. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violenacias/violencia-sexual/>
Acesso em: 20/09/2021

O que é violência sexual? Projeto CARE. Disponível em: <https://apav.pt/care/index.php/violencia-sexual-contra-criancas-e-jovens/o-que-e-violencia-sexual> Acesso em: 22/09/2021

Direito em Tese. 2028-2020. Crime de violência psicológica - ar. 147-B, do CP. Disponível em: <https://direitoemtese.com.br/crime-de-violencia-psicologica-art-147-b-cp/> Acesso em: 21/09/2022.

Casos de abusos sexual ainda assombram Cavalcante, CMDCA. 2014. Disponível em: <http://cmdca.go.gov.br/noticias/casos-de-abuso-sexual-ainda-assombram-cavalcante/> Acesso em: 21/08/2021

Direitos humanos. Jovens e mulheres negras seguem sendo o principal alvo dos homicídios em todo o país. [Jovens e mulheres negras seguem sendo o principal alvo dos homicídios em todo o país | Partido dos Trabalhadores \(pt.org.br\)](#) acesso em: 09/09/2020.

Documentários:

O corpo das mulheres. (Il Corpo Delle Donne). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wS1nXkGzaww> Acesso em: 09/09/2021

Clitóris, prazer proibido. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y5tjkB1pUjk> Acesso em: 09/09/2021

Todas podem ser vítimas - O enfrentamento à violência contra a mulheres. UnBTV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wm6kcWS0-A4> Acesso em: 09/09/2021.

O silêncio dos homens. Realização: PapodeHomem e Instituto PapodeHomem. Disponível em: Acesso em: 09/09/2021.